

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 78 anos do Banco Bradesco aos seus especialistas na gestão de fundos e cartiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

No encerramento do exercício de 2020, a BRAM possuía sob gestão R\$ 611 bilhões distribuídos em 1.573 fundos de investimento e 618 carteiras administradas, atendendo um total de 2.954.534 investidores.

No exercício de 2020, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 113 milhões, correspondente a R\$ 12.098,15 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 836 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 14%. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 3 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Disponibilidades (Nota 4)	10	10	Provisões	62.029	55.502
Instrumentos financeiros	927.842	844.382	- Outras provisões (Nota 10)	62.029	55.502
- Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	884.605	786.384	Impostos diferidos (Nota 22e)	407	329
- Outros instrumentos financeiros (Nota 6)	43.237	57.998	Outros passivos (Nota 12)	73.558	94.871
Créditos tributários (Nota 22c)	24.314	20.730	Total do passivo	135.994	150.702
Imobilizado de uso (Nota 7)	16.720	7.049			
Intangível (Nota 8)	9.223	8.236	Patrimônio líquido		
Depreciações e amortizações	(13.478)	(11.640)	Capital social (Nota 13a)	364.724	289.924
- Imobilizado de uso (Nota 7)	(6.665)	(5.806)	Reservas de lucros (Nota 13b)	470.787	433.880
- Intangível (Nota 8)	(6.813)	(5.834)	Total do patrimônio líquido	835.511	723.804
Outros ativos (Nota 9)	6.969	5.834			
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(95)	(95)	Total do passivo e patrimônio líquido	971.505	874.506
Total do ativo	971.505	874.506			

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade de conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre	2020	2019
Receitas da intermediação financeira	7.249	20.411	39.291
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 5c)	7.249	20.411	39.291
Resultado da intermediação financeira	7.249	20.411	39.291
Outras receitas/(despesas) operacionais	85.633	166.284	212.749
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	183.478	366.292	407.012
Despesas de pessoal (Nota 15)	(60.342)	(134.405)	(112.896)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(22.559)	(41.118)	(41.186)
Despesas tributárias (Nota 17)	(14.441)	(29.820)	(34.967)
Outras receitas operacionais (Nota 18)	289	2.590	1.699
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(792)	(2.775)	(3.974)
Despesas de provisões (Nota 11b)	-	5.520	(2.939)
- Trabalhistas	-	-	(651)
- Fiscais	-	5.520	(2.288)
Resultado operacional	92.882	186.695	252.040
Resultado não operacional (Nota 20)	-	(101)	(3)
Resultado antes da tributação sobre o lucro (Nota 22a)	92.882	186.594	252.037
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22a)	(36.088)	(73.816)	(99.733)
Lucro líquido	56.794	112.778	152.304
Lucro por lote de mil ações em R\$	6.092,47	12.098,15	16.338,02

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre	2020	2019
Lucro líquido do exercício	56.794	112.778	152.304
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	56.794	112.778	152.304

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	92.882	186.594	252.037
Ajustes ao lucro/(prejuízo) líquido antes dos impostos:	1.295	(3.760)	5.331
Depreciações e amortizações	1.205	2.186	1.215
Provisões trabalhistas e fiscais	86	(5.294)	3.619
Outros	4	(652)	497
Lucro líquido ajustado antes dos impostos	94.177	182.834	257.368
(Aumento)/redução em títulos para negociação	(99.389)	(98.222)	(144.565)
(Aumento)/redução em outros instrumentos financeiros	(7.019)	(14.760)	(33.665)
(Aumento)/redução em outros ativos	(50)	(1.134)	14.633
Aumento/(redução) em outras provisões	20.856	12.475	(1.406)
Aumento/(redução) em outros passivos	2.008	664	1.429
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.362)	(98.923)	(91.204)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	221	12.454	2.590
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado de uso	(12)	(10.020)	(570)
Aquisição de intangível	(209)	(987)	(1.155)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	(221)	(11.007)	(1.725)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos	-	(1.447)	(1.172)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	-	(1.447)	(1.172)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(307)
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	10	10	317
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício	10	10	10
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(307)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição) tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de cartiras administradas, fundos de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos operacionais e tecnológicos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às empresas administradas pela Instituição, e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do exercício estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Vale destacar que no primeiro semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Auração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação
Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários" e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Imobilizado de uso
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade.

É demonstrado o custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

g) Intangível
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade. É composto por:

Software: São registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

h) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)
Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças circunstanciais indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou do valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido dos custos de venda.

Para finalidade de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de teste do valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de nível operacional, as UGCs para as quais o ágio foi financiado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o mesmo baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseadas nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliação no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de um UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

Provisões, ativos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes são reconhecidos quando há evidências de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	Capital Social	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Estatutária	Lucros acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2018	250.000	21.357	301.666	-	573.023
Aumento de capital com reservas	40.000	-	(40.000)	-	-
Transferência de investimento	(76)	-	-	-	(76)
Lucro líquido	-	-	-	152.304	152.304
Destinações: - Reservas	-	7.615	143.242	(150.857)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	(1.447)	(1.447)
Saldos em 31.12.2019	289.924	28.972	404.908	-	723.804
Aumento de capital com reservas	74.800	-	(74.800)	-	-
Lucro líquido	-	-	-	112.778	112.778
Destinações: - Reservas	-	5.639	106.068	(111.707)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	(1.071)	(1.071)
Saldos em 31.12.2020	364.724	34.611	436.176	-	835.511
Saldos em 30.06.2020	364.724	31.771	382.762	-	779.257
Lucro líquido	-	-	-	56.794	56.794
Destinações: - Reservas	-	2.840	53.414	(56.254)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	(540)	(540)
Saldos em 31.12.2020	364.724	34.611	436.176	-	835.511

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

• Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

I - Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

k) Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

l) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Disponibilidades em moeda nacional	10	10
Total de disponibilidades (caixa)	10	10

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

III - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	R\$ mil	
	Trabalhistas	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	897	9.012
Atualização monetária.....	114	112
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	-	(5.20)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.011	3.604

(1) Compreende, substancialmente, Autuações de INSS sobre Aportes em Previdência Privada.

c) Passivos contingentes classificados como perdas potenciais

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com o risco de sucesso. Periodicamente são realizados análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contábeis avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizados, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 73 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 71 mil) para os processos civis e R\$ 57.462 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 63.424 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
 - Autuações relativas às contribuições previdenciárias, relativos aos anos-bases de 2007 a 2009 e 2014 a 2015, sobre valores pagos a título de Participação nos Lucros ou Resultado - PLR e aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições, no montante de R\$ 41.567 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 40.563 mil); e
 - Autuações de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre grossa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 14.170 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 21.212 mil).

12) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Impostos e contribuições a recolher a pagar.....	59.466	81.067
Impostos e contribuições sobre lucro.....	11.980	11.855
Sociais e estatutárias.....	1.071	1.447
Outros.....	1.041	502
Total	73.558	94.871

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
 O capital social, no montante de R\$ 364.724 mil (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 289.924 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 (em 31 de dezembro de 2019 - 9.322.059) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

Em 5 de junho de 2020, o Bacen homologou a AGO/AGE de 30 de abril de 2020 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 74.800 mil, sem emissão de ações.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros	470.787	433.880
- Reserva legal (1).....	34.611	28.972
- Reservas estatutárias (2).....	436.176	404.908

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido acumulado no exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada período, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício.....	112.778	152.304
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(5.639)	(7.615)
Base de cálculo.....	107.139	144.689
Dividendos propostos.....	1.071	1.447
Percentual em relação à base de cálculo.....	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações.....	114,89	155,21

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de Ações.

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Em 31 de dezembro 2019
Gestão de recursos de terceiros.....	183.478	366.292	407.012
Total	183.478	366.292	407.012

15) DESPESAS DE PESSOAL

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Em 31 de dezembro 2019
Proventos.....	39.462	80.634	80.542
Encargos sociais.....	13.614	39.018	16.485
Benefícios.....	7.001	14.327	15.490
Treinamento.....	265	426	379
Total	60.342	134.405	112.896

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Em 31 de dezembro 2019
Comunicações.....	8.035	15.512	13.240
Processamento de dados.....	2.822	5.396	4.698
Propaganda, promoções e publicidade.....	2.580	3.772	5.733
Aluguéis.....	1.753	3.380	3.032
Serviços de terceiros.....	1.614	2.792	2.843
Serviços técnicos especializados.....	1.295	2.449	3.073
Depreciações e amortizações.....	1.205	2.186	1.215
Manutenção e conservação de bens.....	136	266	412
Transportes.....	44	140	489
Despesas de material.....	1	58	152
Viagens.....	21	258	1.597
Outros.....	3.053	4.909	4.702
Total	22.559	41.118	41.186

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Em 31 de dezembro 2019
Contribuição à Collins.....	7.561	15.453	8.952
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN.....	3.810	8.442	11.171
Impostos e taxas.....	1.841	3.407	1.695
Contribuição ao PIS.....	1.229	2.518	3.149
Total	14.441	29.820	34.967

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Em 31 de dezembro 2019
Atualização de depósito.....	74	196	258
Reversão de provisões.....	27	2.132	1.295
Recuperação de encargos e despesas.....	2	2	20
Outras receitas financeiras.....	186	260	126
Total	289	2.775	1.699

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Em 31 de dezembro 2019
Outras provisões.....	385	385	-
Ressarcimentos a clientes.....	177	768	1.168
Despesas financeiras.....	32	112	1.183
Atualizações monetárias passivas.....	86	226	681
Multas.....	-	6	312
Outras.....	112	2.778	3.974
Total	792	2.775	3.974

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	Em 31 de dezembro 2019
Prejuízo na alienação de outros valores e bens.....	-	101	3
Total	-	101	3

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e de taxa compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Controlador		Coligadas	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativos	10	10	-	-
Passivos	-	-	-	-
Dividendos a pagar (2).....	1.071	1.447	-	-

	Controlador		Coligadas	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Receitas de prestação de serviço.....	-	-	21.855	28.178
Despesas de alugueis.....	-	-	(1.624)	(2.999)
Despesas com serviços prestados (1).....	(426)	-	-	-

(1) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto - Banco Bradesco BBI S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
 São Paulo - SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil.

Base para a opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção de acordo com a forma intitulada "Responsabilidades dos auditores das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores
 A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido no relatório de auditoria, ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou ou considerou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
 Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

a) Remuneração do pessoal-chave da Instituição
 Anualmente, no Assembledo Geral Ordinária são fixados:
 O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
 Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.060 mil (2019 - R\$ 5.802 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 2.850 mil (2019 - R\$ 2.981 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
 Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido do Adminstradores variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, venendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

	R\$ mil	
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020
Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS.....	1.305	3.131
Total	1.305	3.131

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil	
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.532	2.850
Total	1.532	2.850

A Instituição não possui benefícios de plano de rescisão de contrato de trabalho ou seu pagamento em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para remuneração de Administradores.

2) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	92.882	186.594
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3e).....	(37.153)	(74.638)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(1.023)	(1.568)
Outros valores (1).....	2.088	2.390
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(36.088)	(73.816)

(1) Inclui basicamente as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(45.350)	(77.322)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias.....	9.262	3.506
Total dos impostos diferidos	9.262	3.506
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(36.088)	(73.816)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020
Provisão para participações no lucro/bonificações.....	14.473	18.549
Provisões fiscais.....	2.612	46
Provisões trabalhistas.....	359	45
Outros.....	3.286	897
Total dos créditos tributários (Nota 3e)	20.730	19.537
Obrigações fiscais diferidas (Nota 22e)	329	78
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	20.401	19.459

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/Baixa
Total	24.314	(15.953)	24.314

	R\$ mil		
	2021	2022	2023
Imposto de renda.....	14.249	51	51
Contribuição social.....	51	30	30
Outros.....	51	30	30
Total	15.197	9.117	9.117

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 24.086 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 20.315 mil) de diferenças temporárias. Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/Baixa
Atualização de depósitos judiciais.....	329	78	-
Total dos impostos diferidos (Nota 22c)	329	78	-

23) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas. A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização. A BRAM possui estrutura e governança de gerenciamento de risco própria, da qual participam membros integrantes da Organização no acompanhamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

24) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO